

Isadora Pelegrini¹
 Ronaldo Herrlein Jr.²

Dependência, subdesenvolvimento e hierarquia do Sistema Monetário Internacional

RESUMO

A inserção da América Latina no capitalismo internacional financeirizado ocorreu de maneira a acentuar e reproduzir sua condição de dependência e subdesenvolvimento. Uma das formas de manifestação dessa condição é a posição das moedas periféricas na atual hierarquia do Sistema Monetário Internacional (SMI). Este artigo busca analisar a posição das moedas periféricas, em especial as latino-americanas, na hierarquia do SMI à luz do pensamento de Celso Furtado. Assim, busca estabelecer uma visão global a respeito da situação atual das finanças internacionais introduzindo a abordagem do subdesenvolvimento e da dependência, compreendendo que os fenômenos financeiros possuem uma base material assentada em sistemas produtivos com complexidades distintas, determinados por fatores geopolíticos de poder e dominação.

Palavras-chave

Subdesenvolvimento; Dependência; Hierarquia do Sistema Monetário Internacional; Vulnerabilidade Externa; América Latina.

ABSTRACT

Latin America's adherence to the system of financialized international capitalism occurred in such a way as to accentuate and reproduce the region's condition of dependency and underdevelopment. One way this condition manifested itself can be seen in the position of peripheral currencies within the existing hierarchy of the International Monetary System (ISM). This article seeks to analyse the status of peripheral currencies, especially those of Latin America, within the hierarchy of the ISM and through the eyes of Celso Furtado. The idea is therefore, to produce a global perspective of the current situation vis-à-vis international finance by introducing the approach of underdevelopment and dependence, understanding that financial phenomena have a material foundation set within productive systems of very distinct complexities, ones that are determined by the geopolitical factors of power and domination.

Keywords

Under development; Dependence; International Monetary System; Latin America

1. Doutoranda em Economia pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, da Universidade Federal de Minas Gerais (Cedeplar/UFGM). Mestre em Economia pelo Programa de Pós-graduação em Economia, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGE/UFRGS). Graduada em Ciências Econômicas pelo Instituto de Economia e Relações Internacionais, da Universidade Federal de Uberlândia (IERI/UFU). E-mail: isadorapelegrini@gmail.com
2. Doutor em Economia pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/Unicamp). Professor do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: ronaldoh@ufrgs.br

1. Introdução

Atualmente, o debate acerca da inconversibilidade das moedas dos países periféricos no cenário internacional está ganhando relevância devido à nova fisionomia que o capitalismo do século XXI vem assumindo: o caráter financeiro dominando as relações mercantis, o retorno à tendência de liberalização das economias mundiais e o aprofundamento da especulação e da concentração de riqueza. Essa nova dinâmica se manifesta de forma particularmente perversa nas economias latino-americanas. Isso porque as moedas dessas economias não são conversíveis com facilidade no cenário internacional, fazendo com que as transações necessitem de uma divisa intermediária, podendo incorrer em custos adicionais e perdas de capital.

Além disso, com a liberalização e desregulamentação financeira, a situação tornou-se ainda mais propícia para a atração de fluxos internacionais voláteis com alto potencial de reversão, ampliando a vulnerabilidade externa desses países. Conforme essa problemática, este artigo busca analisar a hierarquia do Sistema Monetário Internacional (SMI) à luz do pensamento de Celso Furtado, ressaltando a condição de dependência e de subdesenvolvimento a que estão subordinados esses países.

Dessa forma, este trabalho está organizado em cinco seções, incluindo esta breve introdução. A segunda seção esclarece os conceitos de subdesenvolvimento e dependência necessários para compreender a situação estrutural da América Latina; a terceira seção versa sobre a hierarquia do SMI, explicando como está estruturada; a quarta seção conecta as duas anteriores, elucidando o modo como a inserção externa dos países latino-americanos perpassa a questão do subdesenvolvimento e da dependência; e, por fim, a última seção é destinada às considerações finais.

2. Subdesenvolvimento e dependência

Para nossa abordagem do SMI, é necessário esclarecer os conceitos de dependência e de subdesenvolvimento e situar a América Latina e seu padrão de inserção internacional. Para isso, deve-se compreender que o subdesenvolvimento não é uma etapa, mas uma condição específica da periferia no capitalismo. Isto é, os países que hoje são

desenvolvidos não passaram, necessariamente, por um estágio de subdesenvolvimento para lograr sua condição de centro do sistema capitalista.

O subdesenvolvimento, de acordo com Furtado (1974), pode ser compreendido apenas quando se colocam em pauta os processos históricos particulares que decorreram da gênese e difusão da civilização industrial e o modo específico pelo qual os países se inserem no sistema de divisão internacional do trabalho. Destarte, em algumas sociedades, os interesses das economias centrais limitavam-se a inaugurar novos fluxos de comércio, enquanto em outras foi incentivada a produção de matérias-primas necessárias para a ampliação da industrialização no exterior (FURTADO, 2009). Os efeitos dessa expansão foram distintos conforme as condições e processos históricos particulares de cada região, que dependeu da organização específica das resistências internas e das formas de manifestação de poder dos países capitalistas dominantes (FURTADO, 1977). Apesar das diferenças, essas regiões constituíram a periferia do capitalismo mundial e possuem em comum o fato de os excedentes oriundos da expansão da civilização industrial para os países periféricos no século XIX não se concentrarem predominantemente nelas, revertendo em grande parte para os países desenvolvidos.

Este processo gerou estruturas com: i) excedente de mão de obra que, além de precariamente ocupada, sofreu aumento vegetativo após a difusão de medidas de profilaxia sanitária desenvolvidas nas economias centrais; ii) baixo salário real médio, com tendência a se manter em um nível pouco maior do que o necessário para a subsistência da grande maioria da população; e iii) baixa arrecadação, uma vez que o volume tributário era limitado pela isenção de impostos fornecida com o objetivo de atrair capital estrangeiro (FURTADO, 2009).

Nesse sentido, a origem do subdesenvolvimento está relacionada com o progresso técnico impulsionado continuamente pelos países centrais, que procuram aumentar a produtividade do trabalho adotando métodos produtivos poupadores de mão de obra. Tal progresso técnico se generaliza desigualmente para a periferia pela via do comércio exterior, seja pela incorporação de produtos mais diversificados no consumo, seja pela aplicação de novas técnicas produtivas, transformando suas estruturas internas com vistas a ampliar o grau de divisão social do trabalho e acelerar a acumulação (FURTADO, 1974).

Todo o processo descrito gerava um excedente baseado na especialização geográfica – justificada teoricamente por muitos anos conforme a teoria das vantagens comparativas. Em condições de colonialismo, esse excedente era integralmente apropria-

do pela metrópole; porém, no caso da grande maioria dos países subdesenvolvidos, o excedente foi parcialmente apropriado pelas elites locais, que o utilizaram para financiar a diversificação de seus padrões de consumo através da importação de produtos oriundos dos países centrais; produtos que apareceram como resultado do avanço da técnica e acumulação nos referidos países e chegam à periferia do sistema de forma a intensificar as desigualdades sociais em benefício dos grupos privilegiados. Esse processo de inserir na cesta de consumo produtos com maior nível de complexidade provenientes do centro do sistema, sem a contrapartida de um processo de acumulação e progresso técnico internos equivalente, é chamado criticamente de “modernização” (FURTADO, 1974, p. 81).

Em uma fase avançada da industrialização nos países subdesenvolvidos, quando se faz um esforço para fabricar internamente os bens de maior complexidade antes produzidos nos países centrais, a técnica e equipamentos necessários para efetivar a produção estão subordinados ao perfil da demanda deste setor modernizado, e não ao grau de acumulação obtido até então pelo país. Isto é, emprega-se, na periferia, onde há excedente estrutural de mão de obra, uma tecnologia poupadora de trabalho, enquanto os salários reais correspondem ao nível de subsistência. De acordo com o pensador, esse processo é específico da industrialização que caracteriza o subdesenvolvimento, cuja reprodução está intimamente relacionada com o comportamento condicionado pela dependência (FURTADO, 1974).

Furtado (1978a) analisa o subdesenvolvimento em três níveis: i) sob a ótica do sistema produtivo, compreendendo-o como um processo de heterogeneidade tecnológica; ii) do ponto de vista social, identificando o processo como desigualdade de classes em uma sociedade; iii) com a perspectiva da hierarquia internacional de poder, advogando que o subdesenvolvimento manifesta-se como uma situação de dependência estrutural. Esses três níveis de análise encontram-se inter-relacionados, não podendo ser compreendidos plenamente em separado.

Furtado (1978a) explicita que o subdesenvolvimento não é uma anomalia derivada do modo particular pelo qual as economias periféricas assimilam o progresso tecnológico, e sim uma estrutura que se adaptou de uma forma específica às condições determinadas pelo capitalismo internacional; condições essas que concentram a riqueza nos países centrais enquanto homogeneizam em todo o mundo os mesmos padrões de consumo. É nesse sentido que “o subdesenvolvimento apresenta-se como uma si-

tuação de dependência estrutural, que se traduz por um horizonte estreito de opções na formulação de objetivos próprios e numa reduzida capacidade de articulação das decisões econômicas tomadas em função desses objetivos” (FURTADO, 1978a, p. 15). Ou seja, o subdesenvolvimento manifesta-se por meio dessa heteronomia, que barra a instituição de políticas em prol de um projeto nacional e a coordenação dos sistemas produtivos do país de acordo com objetivos decididos internamente, tendo em vista a hierarquia de poder e a dominação internacional.

Furtado (1978a) conclui que a industrialização periférica está fundamentada nesse sistema de reprodução dos padrões de consumo dos países centrais, o que requer a preservação das estruturas sociais que asseguram a concentração da renda. Nesse sentido, o modelo de desenvolvimento que engloba a permanente tentativa de alcançar os países centrais – que, por sua vez, se transformam cada vez mais rapidamente –, além de inatingível, amplia as deformações estruturais, tanto no sistema produtivo quanto na distribuição de renda e riqueza.

O subdesenvolvimento, portanto, é uma estrutura caracterizada por heterogeneidade tecnológica e produtiva, desigualdade social e regional, subemprego urbano e salários ao nível de subsistência. Essa estrutura foi engendrada pela situação de dependência; isto é, o subdesenvolvimento é a manifestação material da dependência na estrutura política, social, produtiva e cultural da periferia. Além disso, esse fenômeno tende a se reproduzir e aprofundar por meio da divisão internacional do trabalho e da deterioração dos termos de intercâmbio. O primeiro porque, devido às imposições da divisão internacional do trabalho, os países periféricos se especializam em atividades econômicas com menor complexidade tecnológica, enquanto os países desenvolvidos implementam atividades com maior complexidade e maior valor agregado nas mercadorias. Dessa forma, os países subdesenvolvidos enfrentam constante desequilíbrio na balança de pagamentos – inclusive em virtude da deterioração dos termos de intercâmbio, fenômeno que ocorre quando a necessidade de importação excede, cada vez mais, a capacidade de pagamento dos países periféricos, uma vez que os produtos exportados possuem menor valor agregado do que os produtos importados.

A dependência, por sua vez, é uma relação estrutural específica – situada no tempo e no espaço, sendo, portanto, estabelecida historicamente – em que o sistema de dominação interno permite, por intermédio da apropriação do excedente – que se processa por meio da concentração da renda –, a criação, reprodução e aprofunda-

mento de vínculos externos de dominação. Essa se manifesta de diversas maneiras no decorrer dos processos históricos.

No processo de colonização, a dependência aparecia como dependência política: os governos dos países colonizados eram escolhidos pela ou respondiam diretamente à metrópole (FURTADO, 1978b). Após a independência política, a dependência transmutou-se em dependência cultural e externa/econômica: as elites periféricas passaram a se identificar culturalmente com as sociedades dominantes, renegando a própria matriz cultural e tomando o externo como modelo de civilização (FURTADO, 1984). Essas elites passaram a internalizar os padrões de consumo das sociedades centrais, por meio da importação de produtos financiados com o excedente das atividades primário-exportadoras, configurando uma inserção dependente no sistema de divisão internacional do trabalho (FURTADO, 1974), que engendrava problemas no balanço de pagamentos, em vista da deterioração dos termos de intercâmbio.

O processo de industrialização por substituição de importações transfigurou a dependência externa em dependência tecnológica (FURTADO, 1998). Os produtos a serem fabricados internamente eram aqueles anteriormente importados, que incorporavam os padrões tecnológicos das sociedades centrais. Assim, para a continuidade desse modelo de industrialização, era necessário importar máquinas, equipamentos e processos produtivos engendrados nos países centrais. A incapacidade das sociedades dependentes de produzir sua própria tecnologia, adequada tanto à disponibilidade de recursos naturais, produtivos e financeiros, quanto às singularidades cultural, histórica, social e climática, decorria não só da restrição da autonomia dos Estados-nacionais para formular um projeto de nação (FURTADO, 1968a), mas também da articulação das elites dos países dominantes com os grupos privilegiados dos países dependentes, cujo interesse era perpetuar esse vínculo que os favorecia na apropriação do excedente (FURTADO, 1977).

Para continuar avançando, a industrialização por substituição de importações necessita de constante importação de tecnologia. Como o progresso técnico nas economias centrais se realiza de maneira cada vez mais rápida, a pura e simples importação de bens de capital torna-se inviável, fazendo-se necessária – para seguir com a mesma dinâmica de industrialização, sem redirecionar a lógica acumulativa – a inserção passiva das economias dependentes no cenário internacional, de modo a obter acesso ao fluxo de inovações engendradas pelas economias desenvolvidas (FURTADO, 1974). Tal inserção passiva efetiva-se através da criação de filiais das empresas transnacio-

nais nos países dependentes: transferem-se, dessa maneira, os centros de decisão para o exterior. A burguesia nacional associa-se com a burguesia forânea, uma vez que é mais proveitoso lucrar em uma posição subordinada do que desafiar o poder das transnacionais, representado pelo aporte de recursos financeiros, pela disponibilidade de tecnologia e informações privilegiadas, além de isenções de tarifas e aliança com outros blocos no poder (FURTADO, 1978b).

Observando o mesmo processo por outro ângulo: a grande empresa transnacional almeja apenas sua própria expansão diante da concorrência com outras. Por tal motivo, busca ultrapassar as fronteiras de seus países para se beneficiar das flexibilidades legislativas e regulamentares dos mercados dependentes e reduzir seus custos, instalando filiais em regiões que não possuem uma organização de trabalhadores com substancial poder de barganha no sentido de elevar os salários reais. Institucionaliza, dessa forma, o aprofundamento da divisão do trabalho em âmbito internacional. A relação estabelecida de transferência de renda na direção periferia-centro segue o mecanismo interno-interno e interno-externo de concentração da renda: em primeiro momento, tal concentração ocorre no interior dos países dependentes; posteriormente, efetiva-se em escala internacional, com a reversão do excedente para os países nos quais as matrizes se encontram. Esse processo reforça o sistema de dominação, tanto no quadro nacional quanto no cenário global (FURTADO, 1977, 1978b).

Deve-se destacar que o modo de operação das transnacionais reflete os interesses das matrizes: o centro coordenador de decisões não está conectado com as necessidades das sociedades dependentes. Ao conquistar hegemonia no sistema produtivo dos países dependentes, corrói-se a autonomia de seus Estados nacionais para efetuar políticas de desenvolvimento (FURTADO, 1968a). Além disso, o processo de transnacionalização acelera tanto o arraigamento do modo capitalista de produção no cenário global quanto a irradiação da matriz cultural dos centros dominantes, já que a estrutura de poder forânea – representada pelos centros de decisões das transnacionais – é articulada para condicionar o comportamento de amplos segmentos das sociedades, desde as classes médias até as populares (FURTADO, 1977, 1978b).

Esse processo, que posteriormente recebe a alcunha de globalização, desarticula as estruturas produtivas da periferia e seus centros nacionais de decisão, homogeneiza os padrões de cultura, comportamento e consumo em âmbito internacional e propulsiona a reprodução ampliada do capitalismo. A burguesia interna das sociedades dependen-

tes, desorganizada, torna-se impossibilitada sequer de conceber um projeto nacional. O imperativo pela inserção internacional é intensificado e impulsiona a ampliação da desregulamentação comercial e financeira. Torna-se necessário manter elevadas taxas de juros para “acalmar os especuladores” (FURTADO, 1998, p. 73) e assegurar os fluxos de capital financeiro em direção à periferia. Ora, “o preço a pagar para ter acesso” a vultosos montantes de capital e se inserir no fluxo internacional de inovações foi “nada menos do que aceitar novas formas de dependência” (FURTADO, 2014, p. 475). A dependência tecnológica aprofundou-se de modo a se transmutar em dependência financeira. Nos países dependentes, choques originados no cenário internacional são introduzidos facilmente e possuem consequências desastrosas: a vulnerabilidade externa, portanto, aparece como a manifestação dessa dependência financeira (FURTADO, 1998).

3. Hierarquia do Sistema Monetário Internacional e abertura financeira

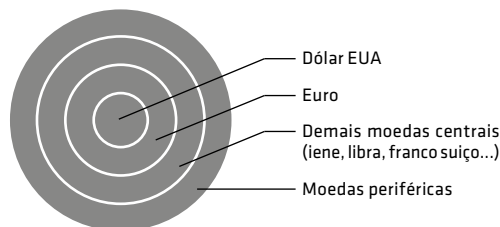
Nesta seção serão tratados aspectos recentes do processo de globalização, o estabelecimento de uma hierarquia do SMI e a inserção dependente da América Latina nas finanças internacionais. Carvalho (2007) afirma que a globalização financeira ampliou a assimetria existente entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos por meio da criação de uma ordem financeira internacional. Nesse sentido, o obstáculo maior aos últimos é a inabilidade de criar moedas internacionalmente aceitas para transações em nível mundial. Desse modo, “os países subdesenvolvidos são obrigados a assumir obrigações em uma moeda diferente da sua, expondo-se, com isso, a problemas de liquidez e de solvência, tornando-se dependentes dos primeiros [países desenvolvidos] para ter acesso a meios de pagamento internacionalmente aceitos” (CARVALHO, 2007, p. 332). Na mesma linha argumentativa, Conti, Prates e Plihon (2014) enunciam que, por questões geopolíticas e geoeconômicas, houve o estabelecimento de um padrão hierárquico entre as moedas dos países do globo com o objetivo de facilitar as transações internacionais com algumas moedas de referência no cenário externo. No topo dessa hierarquia, encontra-se o dólar.

Furtado (1968b, 1975) expõe o processo histórico que permitiu o surgimento de um novo sistema econômico mundial sob a hegemonia dos Estados Unidos, isto é, o qua-

dro geopolítico e geoeconômico que sustenta tal predominância do dólar. Para isso, retoma o período pós-guerra, o acordo de Bretton Woods e a tutela norte-americana exercida sobre os países capitalistas, em especial os latino-americanos, no período da Guerra Fria. Assim, argumenta que a consolidação desse sistema econômico ocorreu por meio de fatores de ordem: i) política, derivados do expressivo poder militar dos Estados Unidos e de seu sistema de segurança, que exigia a subordinação dos países que se encontravam dentro de sua zona de influência; ii) econômica, tendo em vista a abundância de recursos naturais no país e o controle exercido por suas transnacionais sobre fontes de matérias-primas de vários países em que se localizam as filiais, a acumulação de capital de suas indústrias e sua prosperidade e preeminência alcançadas durante a Segunda Guerra, o montante de investimentos realizados pelo governo em tecnologia militar e por suas empresas privadas em diversas regiões do mundo; e, por fim, iii) monetária, com a consolidação das instituições de Bretton Woods – as principais são o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) e o Banco Mundial –, transformando “o dólar no instrumento de acumulação de uma liquidez internacional que tendia a crescer com o volume das transações internacionais” (FURTADO, 1975, p. 59).

Desse modo, a moeda mais utilizada em contratos internacionais e que, portanto, se posiciona no patamar mais alto da hierarquia do SMI é o dólar, seguido pelo euro, que também possui ampla relevância, apesar de não ser a moeda principal. Outras moedas centrais – iene, libra esterlina, franco suíço, dólar canadense e dólar australiano – ocupam o terceiro lugar na hierarquia; as moedas nacionais dos países periféricos são marginalizadas nesta estrutura (CONTI; PRATES; PLIHON, 2014; PRATES, 2005). É possível observar a representação ilustrativa da hierarquia na Figura 1.

Figura 1 | Hierarquia do Sistema Monetário Internacional



Fonte: Conti; Prates; Plihon (2014, p. 345).

Na base dessa estrutura hierárquica está o perfil da demanda internacional pela divisa, ou seja, considerando o *trade-off* liquidez-rendimento sob o qual os agentes se baseiam para realizar suas escolhas de portfólio, é possível que os motivos para essa demanda sejam puramente especulativos, logrando grandes rentabilidades, ou que os motivos sejam baseados na busca de proteção de grandes perdas que possam vir a sofrer. Este perfil é determinado pela liquidez da divisa – não relacionada com sua liquidez doméstica –, associada com as perdas de capital e os custos de transação derivados da transformação dessa moeda em meio de pagamento em âmbito global. Se não forem sinalizadas perdas, a divisa possui as três funções clássicas da moeda no cenário internacional: meio de troca, unidade de conta e reserva de valor (CARNEIRO, 2008; PRATES, 2005). Sendo assim, uma vez que as moedas dos países periféricos não possuem essa liquidez da divisa, estão subordinadas aos movimentos do ciclo de liquidez internacional, de modo que, quando este entra numa fase de bonança, suas moedas são demandadas em virtude do “apetite pelo risco” e, quando a fase torna-se recessiva, verifica-se uma “fuga para a qualidade” em um movimento de abandono dessas moedas e corrida para uma divisa mais líquida (CONTI; PRATES; PLIHON, 2014, p. 348).

Dentro dessa estrutura hierarquizada e num contexto de expansão das inovações financeiras e integração dos mercados globais, na década de 1990, o conjunto de países da América Latina – numa condição de crise da dívida e sob pressões dos órgãos financeiros internacionais – implementou uma série de políticas de cunho liberal; destacadamente, o processo de desregulamentação e liberalização financeira, com a justificativa de aprimorar sua reinserção na dinâmica internacional por meio da promoção de um desempenho mais eficiente dos mercados domésticos.

Painceira e Carcanholo (2002) indicam que a liberalização propiciou benefícios advindos do financiamento externo, como a facilidade em colocar em prática políticas de estabilização e o reajuste das dívidas externas. Entretanto, no longo prazo, esse processo trouxe problemas estruturais de dependência de capitais internacionais; dependência essa que, combinada com a política de liberalização e desregulamentação financeira em um ambiente de finanças especulativo, causa a fragilidade financeira externa. A consequência da fragilidade financeira a que estas economias estão subordinadas é a vulnerabilidade externa, isto é, a capacidade reduzida de responder imediatamente aos choques externos (CARCANHOLO, 2002, p. 58).

Esses países periféricos com moedas inconversíveis estão sujeitos à intensa volatilidade dos fluxos de capitais direcionados às suas contas financeiras; tanto no que se refere aos investimentos em carteira e moedas e depósitos, quanto nos próprios investimentos diretos. Estes são contabilizados no balanço de pagamentos de uma forma que podem indicar não apenas formação bruta de capital fixo, mas também uma simples transferência de propriedade, possuindo geralmente um caráter especulativo de curto prazo (CORRÊA; PEREIRA, 2016). Esses fluxos de capitais para os países subdesenvolvidos são reflexo do ciclo de liquidez internacional, que, por sua vez, depende dos movimentos da taxa de juros dos países centrais – em especial os Estados Unidos – e da preferência pela liquidez dos agentes internacionais, sendo a saúde macroeconômica desses países não determinante para a atração/repulsão de tais fluxos (RESENDE; AMADO, 2007; ROSSI, 2012, p. 24-25).

Isso posto, os países dependentes utilizam sua política monetária na tentativa de manter certas condições favoráveis para um grau estável de atratividade dos capitais externos e evitar a fuga destes, bem como desvalorizações cambiais abruptas e esgotamento de reservas. A medida principal dessa política monetária preventiva é a conservação da taxa de juros em um nível relativamente elevado para persuadir os investidores a manter seus capitais no país (CARVALHO, 2007; COUTINHO; BELLUZZO, 1998; FURTADO, 1998).

Baseados na hierarquia do SMI, alguns autores argumentam que a formação das taxas de juros está fundamentada nas seguintes variáveis: taxa básica de juros da economia mundial (i^*) – que premia a liquidez da moeda –, o prêmio pela liquidez da divisa (PI), o risco-país (RP) – que mensura o risco de inadimplência, analisando a estabilidade, junto com as condições políticas, fiscais, jurídicas e normativas do país – e a variação cambial esperada (VC). Tal regra seria adequada porque, caso o país tente manter a taxa de juros inferior à calculada em um cenário de abertura financeira e livre mobilidade de capitais, além de não atrair capitais externos, há o risco da fuga dos capitais domésticos (CONTI; PRATES; PLIHON, 2014; PRATES; CINTRA, 2007).

Nesse sentido, a política monetária dos países subdesenvolvidos estaria a serviço da manutenção desse diferencial de juros (COUTINHO; BELLUZZO, 1998). Portanto, a “assimetria monetária implica assimetria macroeconômica” (PRATES; CINTRA, 2007, p. 16), ou seja, a hierarquia monetária estabelece patamares mais elevados da

taxa de juros dos países periféricos em relação aos países centrais, e ainda impacta no grau da autonomia de política, conferindo-lhes menos liberdade para trabalhar em função da impossibilidade de manejar seu próprio ciclo através de sua política monetária, já comprometida.

As autoridades monetárias dos países emergentes, para contornar a situação, podem permitir que a taxa de câmbio oscile livremente – o que gera distorção dos preços relativos e agravamento da inflação – ou intervir em suas flutuações através da manipulação de suas reservas internacionais – finitas – e, principalmente, controle das taxas de juros. Sua autonomia de política monetária, então, acaba subordinada a fatores exógenos: o ciclo econômico mundial e as políticas macroeconômicas do país emissor da moeda-chave. Em vista disso, os países periféricos enfrentam uma “dualidade impossível” (PRATES; CINTRA, 2007, p. 21), ou seja, independentemente do regime cambial adotado, não contam com a possibilidade da autonomia da política monetária por causa das limitações impostas pela abertura financeira.

Tudo isso é reflexo das modificações estruturais realizadas no sistema capitalista pelo processo de transnacionalização, dando origem à “transnacionalização do sistema financeiro” (FURTADO, 1983, p. 113). Em termos estruturais, a dinâmica geral latino-americana foi determinada pela opção em favor da ampliação do grau de sua abertura financeira – em oposição à institucionalização de mecanismos de controle de capitais. Tal opção deve-se à predominância da doutrina da ortodoxia liberal na recomendação de políticas econômicas para os países subdesenvolvidos; doutrina essa utilizada para legitimar a continuidade e o aprofundamento da internacionalização financeira por meio da justificativa da necessidade de uma “transição para formas superiores de organização econômica” (FURTADO, 1983, p. 129). Essas formas superiores consistem, basicamente, em entregar o controle da economia ao mercado, que se encarregaria de alocar eficientemente os recursos, restaurando a racionalidade econômica e promovendo o bem-estar social (FURTADO, 1983).

Assim, o crescente esvaziamento dos Estados nacionais dos países subdesenvolvidos como centros de decisão, que se iniciou com a desnacionalização do aparelho produtivo da periferia, repercutiu na dinâmica financeira, ao inibir a autonomia para praticar políticas, não só monetária, como também cambiária e fiscal (FURTADO, 1983). Nesse sentido, desequilíbrios financeiros vão sendo atenuados com políticas de curto prazo baseadas na intervenção nos mercados de câmbio e, no longo prazo, a

vulnerabilidade externa acaba se intensificando, acarretando uma redução da capacidade de adotar políticas anticíclicas e um efeito cumulativo vicioso de dependência dos fluxos de capitais internacionais voláteis.

4. Inserção internacional e reprodução do subdesenvolvimento e da dependência

Conforme abordado nas seções anteriores, a América Latina inseriu-se de modo dependente no cenário internacional. No entanto, isso não se iniciou na década de 1990 com a liberalização e desregulamentação financeira. A última apenas facilitou o processo de dominação da América Latina. A inserção dependente é um processo histórico que se desenrolou durante séculos, reproduzindo-se e aprofundando-se, mudando suas formas de manifestação.

Furtado (1978b) descreve essa problemática desde a especialização geográfica estimulada pelo comércio exterior desigual, subordinada à lógica da divisão internacional do trabalho, com a apropriação de parte do excedente pelas elites privilegiadas dos países periféricos, que importam produtos do centro impulsionando o fenômeno de “modernização”. Tal processo, baseado nas importações, não se sustenta no longo prazo, uma vez que a manutenção desse padrão de vida exige o aumento da acumulação ao nível dos bens finais. Por esse motivo, “o processo de industrialização assumirá a forma de um esforço de adaptação do aparelho produtivo a essa demanda sofisticada, o que o desvincula do sistema de forças produtivas preexistente” (FURTADO, 1978b, p. 50), ou seja, a industrialização será orientada de forma a reproduzir na periferia o modelo e as técnicas de produção dos países centrais de modo a suprir a demanda do setor modernizado da sociedade.

Nessa situação, o processo de industrialização nos países dependentes é problemático porque, além de estimular apenas o consumo das elites, a tecnologia empregada nos países desenvolvidos é predominantemente poupadora de trabalho, o que não corresponde à geração de emprego necessária aos países subdesenvolvidos nem ao nível de acumulação alcançado até então. Conforme a industrialização dependente progride, é necessário não somente mobilizar recursos para adquirir um ou outro bem de capital,

mas se manter inserido na dinâmica internacional de forma a ter “acesso ao fluxo de inovação que está brotando nas economias do centro” (FURTADO, 1974, p. 88), uma vez que a velocidade de acumulação nas últimas tende a se ampliar continuamente.

As grandes empresas dos países centrais, então, enxergam a oportunidade de se inserirem nas economias periféricas por meio da criação de subsidiárias, controlando o fluxo de inovações técnicas e substituindo as empresas nacionais. Para elas, notoriamente, é mais lucrativo expandir-se para países com mão de obra barata e expressivos recursos naturais – tendo em vista o grande montante de capital disponível e as facilidades de financiamento –, do que simplesmente vender parte da sua tecnologia. Os países periféricos, por sua vez, requisitam a presença dessas transnacionais para avançar no processo de industrialização e permanecer recebendo o fluxo de inovações necessário para a busca incessante do nível tecnológico dos países cêntricos, abdicando, em contrapartida, do controle do próprio aparelho produtivo (FURTADO, 1968a, 1974, 1978b).

Segundo Furtado (1974), este movimento aprofunda e enraíza a dependência no sistema produtivo da periferia: a própria mimetização praticada pelos países subdesenvolvidos em relação ao centro do sistema muda de forma, deixando de acompanhar as contínuas transformações através da importação, para entregar o controle de suas estruturas internas às subsidiárias das grandes empresas transnacionais. Portanto, as estruturas produtivas internas viram-se continuamente desnacionalizadas, ampliando a dependência financeira, uma vez que o próprio sistema financeiro está assentado nos diferentes sistemas produtivos e na sua capacidade de pautar os produtos que são relevantes no mercado mundial.

A reprodução desse quadro de dependência no período de globalização financeira é identificada por Carvalho (2007, p. 334) quando argumenta que “a dependência é um aspecto essencial de uma situação marcada não apenas pela dominação, mas pela renovação constante dos instrumentos que garantem a continuidade dessa dominação”. Essa renovação corresponde às transfigurações da forma de manifestação da dependência, que permitem que esta se reproduza e aprofunde continuamente. Nesse sentido, o autor explicita que o fator crucial para tal continuidade é a consolidação dos interesses domésticos na manutenção da condição de dependência.

Dessa maneira, Carvalho (2007, p. 335) afirma que essa condição tornou-se ainda mais evidente com a globalização financeira, uma vez que “a identidade de interesses entre aplicadores financeiros de qualquer nacionalidade é muito mais próxima do que

a que se estabeleceria entre, por exemplo, empresários industriais de países dominantes e de países subdesenvolvidos”. É por esse motivo que, ao tratar das fugas ou aportes de capitais dos países subdesenvolvidos, de moedas fracas, por investidores financeiros internacionais, o autor enfatiza a necessidade de utilizar o termo “internacionais” e não “estrangeiros”, uma vez que tal comportamento de manada dos investidores financeiros engloba também aqueles oriundos dos países subdesenvolvidos, justamente em razão da condição de dependência.³

Tendo em vista os aspectos supracitados e levando em conta que a dependência é, antes de tudo, um fenômeno de dominação em dois níveis distintos – isto é, dos grupos privilegiados sobre a massa da população no interior dos países dependentes e do centro sobre a periferia –, é possível compreender que o que levou a América Latina a ceder às pressões internacionais para liberalizar e desregular seus mercados comerciais e financeiros não foi uma imposição forânea, e sim, precisamente, essa articulação interno-externa. Dessa maneira, foram estabelecidas e implantadas as “políticas sadias” de flexibilidade para saída e entrada de capitais, coerentes com a “disciplina de mercado” exigida pelo FMI como condição para a inserção da América Latina nessa nova ordem financeira global. A recusa em aderir a tais políticas é punida com a fuga maciça de capitais, que, em países que adotam o regime de câmbio flutuante, causa a desvalorização da moeda local e pressões inflacionárias, e, em países com sistema de câmbio fixo, pode engendrar o esgotamento de reservas em moedas fortes (CARVALHO, 2007).

Inicialmente, os órgãos dirigentes e autoridades monetárias dos países subdesenvolvidos mantiveram-se sob supervisão contínua do FMI e Banco Mundial, com sucessivas reuniões, consultas e visitas de seus funcionários. Posteriormente, os próprios cargos governamentais incumbidos de realizar decisões econômicas foram ocupados por personalidades aprovadas pelo “mercado”, transformando em política de longo prazo o que eram, anteriormente, apenas ajustes de austeridade em momentos de crise (CORREA, 2007).

A questão principal é que a disciplina fiscal, especialmente antes da crise na Zona do Euro em 2011, era pregada apenas para os países subdesenvolvidos (CORREA, 2007). Estes ainda são pressionados a manter superávits fiscais e prosseguir com a contínua desregulamentação de seus mercados, enquanto, para os países desenvolvi-

3. Esse processo é precisamente exemplificado na seguinte passagem: “aplicadores brasileiros que promovem fugas de capitais, como na crise cambial de 1998-1999, não diferem em comportamento ou interesse de aplicadores de qualquer outra nacionalidade” (CARVALHO, 2007, p. 334).

dos, permanece perfeitamente aceitável manter déficits orçamentários entre 1 a 4% de seu PIB (EUROPEAN COMMISSION, 2019), embora o estoque da dívida do governo em relação ao PIB seja, em média, maior nos últimos do que nos primeiros.⁴

Levando em conta que a transferência de excedente na direção periferia-centro é condição necessária para a reprodução do subdesenvolvimento, esse modelo de liberalização e desregulamentação auxilia a perpetuação dessa transferência no âmbito financeiro. O excedente, que antes era transferido por meio do comércio exterior – tendo em vista a deterioração dos termos de intercâmbio – e passou a fluir, também, na direção filial-matriz por meio da transferência de lucros e exploração de recursos naturais e da mão de obra barata, atualmente é transferido – além dos mecanismos citados – mediante pagamento de juros, dividendos, *royalties* e receitas oriundas dos aportes financeiros na conta capital, nos investimentos direto e de carteira (CORREA, 2007).

A partir dessas considerações, é possível argumentar que a vulnerabilidade externa, a dependência de fluxos financeiros de capitais estrangeiros, a necessidade de manter elevadas as taxas de juros e a incapacidade para realizar política monetária são distintas formas de manifestação da dependência financeira. Mais especificamente, a posição das moedas periféricas na hierarquia do SMI é uma das formas de expressão dessa dependência financeira e manifestação do subdesenvolvimento. O fato de as moedas dos países subdesenvolvidos não atuarem como divisas no plano internacional devido à sua liquidez reduzida tem como base material a circunstância do sistema produtivo periférico ser dependente financeira, tecnológica e geopoliticamente das economias centrais.

Além disso, a posição da periferia na hierarquia do SMI afeta diretamente a entrada/fuga de capitais, uma vez que o movimento especulativo não é influenciado, primordialmente, pela saúde macroeconômica e fiscal dos países dependentes. O que realmente importa é a situação de liquidez internacional: se insuficiente, a escolha é

4. De acordo com dados da Eurostat de outubro de 2019, no final de 2018 os países com resultados mais baixos da relação dívida do governo/PIB foram Estônia (8,4%), Luxemburgo (21,0%), Bulgária (22,3%), República Tcheca (32,6%), Dinamarca (34,2%) e Lituânia (34,1%). Quatorze membros da Zona do Euro tinham razões maiores que 60% do PIB, destacam-se: Grécia (81,2%), Itália (134,8%), Portugal (122,2%), República de Chipre (100,6%), Bélgica (100,0%), França (98,4%), Espanha (97,6%) e Reino Unido (85,9%) (EUROPEAN COMMISSION, 2019). No caso dos Estados Unidos, os dados do Federal Reserve para o terceiro trimestre de 2019 da relação dívida do governo/PIB indicam 105,46% (FRED, 2020). Já na América Latina, os dados da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) a respeito da relação dívida do governo/PIB para o ano de 2018 nos países são: Argentina (86,0%), Bolívia (36,0%), Brasil (77,2%), Chile (25,6%), Colômbia (50,7%), México (35,4%), Paraguai (16,7%), Peru (22,2%) e Uruguai (50,3%) (CEPALSTAT, 2020).

pelo ativo mais líquido – em moeda forte, o dólar –, se abundante, a escolha é pelo ativo mais rentável – em moedas inconversíveis, periféricas (PRATES, 2005; ROSSI, 2012).

Sendo assim, um movimento de fuga para a qualidade em momentos de insuficiência de liquidez internacional – quando os agentes internacionais retiram seus recursos dos países subdesenvolvidos para aplicá-los em ativos das economias centrais, mais líquidos e seguros – pode gerar desequilíbrios no balanço de pagamentos capazes de acarretar problemas cambiais e contagiar os mecanismos internos de controle inflacionário. Assim, para minimizar os impactos de uma fuga de capitais, os governos dos países periféricos atuam aumentando os juros. Este movimento provoca a expansão do serviço da dívida pública e, conseqüentemente, do estoque da dívida, aumentando a necessidade de financiamento e o risco-país. Por outro lado, quando entra muito capital, é necessário intervir no mercado de câmbio por meio da compra de reservas. Para anular os efeitos inflacionários dessa compra de reservas, os países recorrem ao lançamento de títulos da dívida interna. Dado que estes títulos rendem juros, o movimento natural é o crescimento do estoque da dívida, também aumentando a necessidade de financiamento e o risco-país.

Ou seja, os países dependentes latino-americanos não possuem recursos suficientes para absorver choques externos com facilidade. Conforme já elucidado, estão subordinados à condição de vulnerabilidade externa. Assim, é possível perceber a reprodução de um círculo vicioso, já que a capacidade de solvência dessas economias impacta no direcionamento dos fluxos de capitais, instigando um aumento na taxa de juros, problematizando ainda mais a capacidade de solvência, ampliando a vulnerabilidade externa. Esse processo ilustra a reprodução e o aprofundamento do subdesenvolvimento e da dependência da América Latina, que foi se metamorfoseando até estabelecer economias frágeis e dependentes de fluxos financeiros cada vez mais instáveis, voláteis e fortemente dependente de fatores conjunturais.

Para romper com essa problemática, diversos autores advogam que um controle adequado sobre a entrada e saída de capitais estrangeiros teria o potencial de reduzir a vulnerabilidade externa à qual as economias subdesenvolvidas estão submetidas. Isso porque uma política visando fiscalizar e regular tais fluxos é capaz de alterar sua composição, evitando o ingresso de capital especulativo de curto prazo, de fácil reversão. Ademais, seria capaz de reduzir as adversidades oriundas da livre mobilidade de capitais, como fugas ou excesso de influxo de capitais, excessivas flutuações cam-

biais, esgotamento de reservas, pressões inflacionárias, volatilidade dos preços de exportações etc. (MUNHOZ, 2010; PALMA, 2000; PEREIRA, 2015).

Não obstante o controle de capitais não seja uma política de desenvolvimento, ele é necessário para viabilizá-la, uma vez que permite que os países dependentes logrem espaço político para exercer sua autonomia na definição de políticas econômicas voltadas para o conjunto da população (CARVALHO, 2007). Nesse sentido, a institucionalização de regulamentações para entrada e saída de fluxos de capitais representa um enfrentamento da ordem econômica internacional e da doutrina ortodoxa liberal. É necessário destacar que a superação da dependência dos países subdesenvolvidos é factível somente por esse enfrentamento de poder internacional: é necessário reivindicar a posse dos próprios recursos naturais não renováveis; exigir a restituição do controle de seus mercados internos e estrutura produtiva; formular e implementar um projeto nacional que impulse a pesquisa, a ciência e a produção de tecnologia própria; e pressionar para a modificação das relações econômicas internacionais (FURTADO, 1978b).

O subdesenvolvimento, por não ser uma etapa, não se resolve automaticamente com o passar do tempo. Ele é cumulativo e persistente, tende a permanecer se agravando. Sua superação pode ser realizada unicamente através de uma ação política interventora (BRANDÃO, 2012), orientada para canalizar a criatividade humana para uma transformação social emancipatória, isto é, o desenvolvimento endógeno. Este visa alcançar vidas valoradas e valiosas para realizar as potencialidades do homem e transformar as estruturas que o limitam, no sentido de alcançar certas finalidades gerais. As finalidades gerais de uma determinada sociedade são coletivas e devem ser estabelecidas democraticamente; estão relacionadas tanto com a satisfação das necessidades básicas de todos quanto com a conquista de objetivos específicos valorizados por aquela sociedade (FURTADO, 1984; HERRLEIN JR., 2014).

Por isso, para superar a condição de dependência e alcançar o desenvolvimento, as sociedades dos países latino-americanos precisam suplantar a dependência cultural por meio do resgate dos próprios valores e da reconexão com sua própria cultura. Isso tornaria possível estipular finalidades gerais a serem alcançadas e iniciar um combate no plano internacional, a fim de reconquistar a autonomia necessária para conceber e implementar um projeto nacional e desencadear um processo endógeno de desenvolvimento, em que o processo acumulativo se encontre subordinado às finalidades substantivas da coletividade.

5. Considerações finais

A partir de todas as conexões estabelecidas anteriormente, é possível identificar que, em suma, a condição de dependência e subdesenvolvimento à qual está subordinada a América Latina manifesta-se, no plano financeiro, como um movimento de dependência de fluxos financeiros cada vez mais voláteis para manter minimamente estável um balanço de pagamentos regularmente deficitário. Tudo isso é sustentado com uma taxa interna de juros elevada, dentro de um regime financeiro amplamente desregulado e liberalizado, de modo que, independente do regime cambial adotado, as autoridades monetárias locais não possuem autonomia de política monetária. Os Estados nacionais dos países subdesenvolvidos encontram-se, cada vez mais explicitamente, esvaziados como centros de decisão. A articulação interno-externa da dependência atua no sentido de desorganizar qualquer iniciativa de concepção e implantação de um projeto nacional. Assim, ao irromper um choque externo, as economias dependentes não possuem recursos suficientes para se proteger e absorver esses choques – a vulnerabilidade externa aparece como manifestação da dependência financeira –, reproduzindo e aprofundando, no nível das finanças internacionais, a condição de subdesenvolvidas e dependentes.

Tais conexões são imprescindíveis para a apreensão da situação atual da América Latina, uma vez que não é possível estabelecer uma visão global a respeito da hierarquia do SMI ou da vulnerabilidade externa sem as articular com a abordagem do subdesenvolvimento, para assim compreender que esses fenômenos financeiros possuem uma base material assentada em sistemas produtivos com complexidades distintas, nos quais perpassam questões geopolíticas de poder e dominação. As moedas dos países periféricos não atuam como divisas no cenário internacional em razão da sua insuficiência de liquidez que, por sua vez, deve-se à própria posição subordinada desses países na geopolítica mundial, os quais, durante séculos, estabeleceram e consolidaram relações de dominação-dependência com os países centrais.

Ademais, o motivo da demanda por essas moedas não conversíveis está no fato de os incipientes mercados financeiros desses países servirem como plataforma de valorização de capitais especulativos. Nesse sentido, a desregulamentação e liberalização financeira contribuíram para a continuidade dessa dinâmica, enquadrando os países latino-americanos nessa nova ordem financeira global a serviço dos ditames do “mer-

cado”. Por conseguinte, tanto a posição dos países subdesenvolvidos na hierarquia do SMI quanto o diferencial de juros são elementos condicionantes da entrada/fuga de capitais, tendo em vista que o comportamento de manada dos investidores internacionais não possui relação direta com a saúde macroeconômica e fiscal desses países dependentes, e sim com a situação de liquidez internacional e as taxas de juros dos países centrais.

Para romper com a espiral viciosa de reprodução e aprofundamento da dependência e do subdesenvolvimento, faz-se necessário o enfrentamento político e econômico, no cenário internacional, com a integração latino-americana buscando redirecionar as relações Norte-Sul. No contexto interno, é preciso um esforço político empreendido por lutas sociais que conduzam o Estado no sentido de incentivar a cultura, a criatividade, a pesquisa científica e garantir a satisfação das necessidades e direitos básicos da população, abrindo caminho para lograr o desenvolvimento endógeno.

Referências

- BRANDÃO, Carlos. Celso Furtado: subdesenvolvimento, dependência, cultura e criatividade. *Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y de la Comunicación*, vol. 14, n. 1, p. 16 2012.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias. *Abertura externa e liberalização financeira: impactos sobre crescimento e distribuição no Brasil dos anos 90*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.
- CARNEIRO, Ricardo. Globalização e inconvertibilidade monetária. *Revista de Economia Política*, vol. 28, n. 4 (112), p. 539-556, 2008.
- CARVALHO, Fernando J. Cardim de. O sistema financeiro internacional: um breve ensaio ao modo de Celso Furtado. In: SABOIA, João; CARVALHO, Fernando J. Cardim de (Ed.). *Celso Furtado e o século XXI*. 1. ed. Barueri: Manole, 2007, p. 327-338.
- CEPALSTAT. *Saldo de la deuda pública en porcentajes del PIB*. 2020. Disponível em: <<https://cepalstat-prod.cepal.org/cepalstat/tabulador/ConsultaIntegrada.asp?idIndicador=1240&idioma=e>>. Acesso em: 8 mar. 2020.
- CONTI, Bruno Martarello de; PRATES, Daniela Magalhães; PLIHON, Dominique. A hierarquia monetária e suas implicações para as taxas de câmbio e de juros e a política econômica dos países periféricos. *Economia e Sociedade*, Campinas, vol. 2, n. 51, p. 341-372, 2014.
- CORREA, Eugenia. Heterogeneidade estrutural e finanças globais. In: SABOIA, João; CARVALHO, Fernando J. Cardim de (Ed.). *Celso Furtado e o século XXI*. 1. ed. Barueri: Manole, 2007, p. 339-355.
- CORRÊA, Vanessa Petrelli; PEREIRA, Vanessa de Paula. Hierarquia das moedas e fluxos de capitais para países periféricos: a vulnerabilidade dessa equação considerando o período pós 2008. In: *O futuro do desenvolvimento*. Campinas: IE/Unicamp, 2016, p. 115-159.
- COUTINHO, Luciano; BELLUZZO, Luiz Gonzaga. “Financeirização” da riqueza, inflação de ativos e decisões de gasto em economias abertas. *Economia e Sociedade*, Campinas, vol. 7, n. 2, p. 137-150, 1998.
- EUROPEAN COMMISSION. *General government debt 2018*, 2019. Disponível em: <https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Government_finance_statistics#General_government_surplus.2Fdeficit>. Acesso em: 8 mar. 2020.
- FRED. Federal Reserve Bank of St. Louis. *Federal Debt: Total Public Debt as Percent of Gross Domestic Product* [GFDEGDQ188S]. 2020. Disponível em: <<https://fred.stlouisfed.org/series/GFDEGDQ188S>>. Acesso em: 8 mar. 2020.
- FURTADO, Celso. *Um projeto para o Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Saga S.A., 1968a.
- _____. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968b.
- _____. *O mito do desenvolvimento econômico*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- _____. *A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

- _____. *Prefácio a Nova economia política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- _____. *Análise do “modelo” brasileiro*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978a.
- _____. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978b.
- _____. *A nova dependência: dívida externa e monetarismo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- _____. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- _____. *O capitalismo global*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- _____. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, Centro Internacional Celso Furtado, 2009.
- _____. *Obra autobiográfica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- HERRLEIN JR., Ronaldo. *A construção de um Estado democrático para o desenvolvimento no século XXI*. [Texto de Discussão n. 1935]. Brasília: Ipea, 2014.
- MUNHOZ, Vanessa da Costa Val. *Vulnerabilidade externa no Brasil: ensaios sobre fluxos internacionais de capitais, instabilidade financeira e controles de capitais*. 2010. Tese (Doutorado em Economia) - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.
- PAINCEIRA, Juan Pablo; CARCANHOLO, Marcelo Dias. *Abertura financeira e vulnerabilidade externa na América Latina: os impactos sobre Brasil, México e Argentina*. [Texto para Discussão n. 2002.004]. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 2002.
- PALMA, José Gabriel. *The Three Routes to Financial Crises: The Need for Capital Controls*. CEPA Working Paper Series III: International Capital Markets and the Future of Economic Policy, n. 18. New York: CEPA, The New School, 2000. Disponível em: <<https://ideas.repec.org/p/epa/cepawp/2000-17.html>>. Acesso em: 8 mar. 2020.
- PEREIRA, Vanessa de Paula. *Nova configuração da vulnerabilidade externa de países periféricos e o perfil da componente financeira do balanço de pagamentos: uma análise do caso brasileiro no período 2000-2014*. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.
- PRATES, Daniela Magalhães. As assimetrias do Sistema Monetário e Financeiro Internacional. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, vol. 9, n. 2, p. 263-288, 2005.
- _____; CINTRA, Marcos Antônio Macedo. *Keynes e a hierarquia de moedas: possíveis lições para o Brasil*. [Texto para Discussão n. 137], Campinas: IE/Unicamp, 2007.
- RESENDE, Marco Flávio da Cunha; AMADO, Adriana Moreira. Liquidez internacional e ciclo reflexo: algumas observações para a América Latina. *Revista de Economia Política*, vol. 27, n. 1 (105), p. 41-59, 2007.
- ROSSI, Pedro Linhares. *Taxa de câmbio no Brasil: dinâmicas da especulação e da arbitragem*. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.